

São Bernardo, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra sobem em ranking de gestão fiscal

Ocupando a 682ª posição, São Bernardo é o melhor do ABC em estudo sobre a saúde financeira dos municípios, elaborado pela Firjan

ANGELICA RICHTER
angelica@diarioregional.com.br

O crescimento moderado de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e a inflação elevada proporcionaram forte aumento na arrecadação dos entes públicos em 2022, mas o cenário positivo não foi suficiente para melhorar a situação fiscal de boa parte dos municípios brasileiros, após a pressão para qualificar a oferta de serviços de saúde durante a pandemia de covid-19.

Prova disso é que, das sete prefeituras do ABC, somente três melhoraram sua situação fiscal na passagem de 2021 para 2022. É o que aponta o Índice Firjan de Gestão Fiscal, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Segundo o estudo, quatro municípios da região pioraram a administração de seus recursos e, por isso, caíram no ranking da entidade.

O IFGF sintetiza quatro indicadores públicos: Autonomia (mensura se as receitas oriun-

das da atividade econômica do município suprem os custos de manutenção da Câmara e da estrutura administrativa da prefeitura); Gasto com pessoal (em relação à Receita Corrente Líquida); Liquidez (recursos em caixa suficientes para honrar os restos a pagar) e Investimento (em relação à receita total).

O índice varia de zero a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor a situação fiscal. Com base nesse dado, a Firjan separa os municípios em quatro níveis: A, com IFGF acima de 0,8, classificado como gestão de excelência; B, entre 0,6 a 0,8, como boa gestão; C, entre 0,4 e 0,6, como gestão em dificuldade; e D, abaixo de 0,4, como crítica.

Entre os sete municípios, apenas São Bernardo e Ribeirão Pires estão no nível A, reservado somente a 1.145 das 5.240 cidades brasileiras incluídas no ranking, elaborado com base em balanços enviados anualmente pelas prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A cidade administrada pelo prefeito Orlando Morando (PSDB) desde 2017 alcançou índice 0,8565, enquanto a comandada por Guto Volpi (PL) desde o início deste ano obteve nota 0,8439 (veja quadro acima).

Além de se manter na primeira posição no ABC, São Bernardo subiu 133 posições no ranking nacional – graças, principalmente, à melhora no indicador de investimentos.

GESTÃO FISCAL Situação dos sete municípios no ranking da Firjan

Município	Índice Firjan		Posição no ranking nacional		
	2022	2021	2022	2021	2013
São Bernardo	0,8565 ↑	0,8158	682° ↑	815°	97°
Ribeirão Pires	0,8439 ↑	0,7109	793° ↑	1.866°	1.587°
Diadema	0,7125 ↓	0,7441	2.013° ↓	1.515°	1.459°
Santo André	0,6974 ↓	0,7479	2.165° ↓	1.473°	940°
São Caetano	0,6901 ↓	0,7080	2.215° ↓	1.889°	1.638°
Mauá	0,6899 ↓	0,7441	2.219° ↓	1.514°	968°
R. G. da Serra	0,5716 ↑	0,5287	3.288° ↑	3.392°	3.385°

↑ Subiu no índice/ranking entre 2021 e 2022 ↓ Caiu no índice/ranking entre 2021 e 2022

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)

Segundo a prefeitura, entre 2021 e 2022, o município recebeu cerca de R\$ 2,2 bilhões em investimentos públicos.

Ainda segundo o Índice Firjan, quatro municípios do ABC receberam o conceito B em 2022 (Diadema, Santo André, São Caetano e Mauá) e um, o C (Rio Grande da Serra).

Assim como São Bernardo, Ribeirão Pires deu grande salto no ranking, de 1.073 posições, também como resultado da melhora na nota de investimentos. Em meados de 2022, ainda sob a gestão de Clóvis Volpi (PSD), a prefeitura anunciou pacote de R\$ 118 milhões em obras.

No sentido inverso, a maior

queda no ranking foi a registrada por Mauá, que caiu da 1.514ª para a 2.219ª posição, devido à piora nos indicadores de investimentos e liquidez. Pelos mesmos motivos, Santo André despencou 692 posições no ranking nacional.

■ CENÁRIO

A avaliação do indicador de Autonomia revela que 1.570 cidades (30% do total) não são capazes de sustentar a Câmara e a estrutura administrativa da prefeitura. O indicador de Liquidez mostra que 1.591 municípios (30,4%) apresentaram nível de liquidez difícil ou crítico e 382 terminaram o ano

sem recursos suficientes em caixa para cobrir as despesas postergadas para 2023. Já o indicador de Investimentos revela que em 2.229 prefeituras (42,5%) os aportes representaram menos de 5% da receita.

“Os dados mostram que o debate sobre a situação fiscal dos municípios e a necessidade de reformas estruturais é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país. Infelizmente, as regras do federalismo fiscal, da forma que estão colocadas, reforçam a baixa autonomia das prefeituras e engessam o gasto público”, disse Jonathan Goulart, gerente de Estudos Econômicos da Firjan.

■ O NÚMERO 2.195

municípios têm situação fiscal difícil ou crítica, segundo o ranking nacional da Firjan

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário Regional - Grande ABC/SP

Seção: Economia Pagina: 4